

MINAS GERAIS

DESPACHO  
O SECRETÁRIO DO ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 528/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 5 de dezembro de 2020, bem como o Relatório Final PAD 528/2020 (6210019), decide: converter em DEMISSÃO A BEM DO SERVIDOR PÚBLICO o ato de desligamento do processado MARCIO JOSÉ MACHADO OLIVEIRA - MASP 1.172.236-0, ex ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado na Central Integrada de Escotilha e Apoio Operacional de Juiz de Fora I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservância do disposto no art. 246, incisos I, V e VI, e art. 250, incisos II e V, todos da Lei 869, de 1952; e aplica a penalidade DEMISSÃO A BEM DO SERVIDOR PÚBLICO ao processado EVERALDO MARCIO DA SILVA - MASP 1.101.486-7, ocupante de cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, lotados na Central Integrada de Escotilha e Apoio Operacional de Juiz de Fora I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservância do disposto no art. 246, incisos I, V e VI, e art. 250, incisos II e V, todos da Lei 869, de 1952; e aplica a penalidade DEMISSÃO A BEM DO SERVIDOR PÚBLICO ao processado AROUÍHA o presente processo instaurado em face de JARDSON DO CARMO - MASP 1.101.735-7, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, ALINE BARROS GONÇALVES - MASP 978.503-1, ocupante de cargo de Assistente Executivo de Defesa Social, admissão 3, também lotados na Central Integrada de Escotilha e Apoio Operacional de Juiz de Fora I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e dos advogados Marcos Antônio A. Ribeiro OAB/MG 159.524, Thiago Azeiteiro Brandão OAB/MG 88.417 e Luiz Antônio O. Lima OAB/MG 151.952. Confiada, portanto, a esta Comissão instalada no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 246, inciso V e VI, e art. 250, inciso II, a tarefa de promover a defesa para os fatos e atos atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduta esta que, se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V e VI, e art. 245, parágrafo único, e 246, inciso I, todos na forma da Lei 869/1952, estando sujeita a uma das penalidades esculpidas no art. 244, inciso I ou III do referido Diploma Legal, sob pena de REVELIA.

Belo Horizonte, SEJUSP, 12 de janeiro de 2024.  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO  
O SECRETÁRIO DO ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 290/2021, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 19 de agosto de 2021, bem como o Parecer nº 1030/GC/CSET SEJUSP/NUCAD PROC-2023, aplica as penalidades SUSPENSÃO de 10 (dez) dias no processo LIDEER FRANKLIS DE JESUS SILVA - MASP 1.378.650-4, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Presídio de Janaúba I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, e art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952; e SUSPENSÃO de 2 (dois) dias ao processado ANTONIO HENRIQUE GOMES RODRIGUES - MASP 1.377.202-5, ocupante do cargo de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, também lotado no Presídio de Janaúba I à época dos fatos, com fundamento no

art. 244, inciso III, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, e art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos processados acima qualificados e do defensor datado Washington Souza Santos - MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULTOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 12 de janeiro de 2024.  
Rogério Greco  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

12 1896315 - 1

ATO 1258/2023 - RETIFICAÇÃO  
Retifica na Resolução Sejusp nº 1716, de 07 DE Dezembro de 2023, publicada em 08 de dezembro de 2023, que dispõe sobre promoção na carreira, a parte referente ao servidor SÉRGIO CERQUEIRA MARQUES, Masp 1375402-3, por motivo de erro material.  
Onde se Lê: Vigência: 01/01/2022 Leia-se: Vigência: 01/01/2023  
Belo Horizonte, 09 de janeiro de 2024.  
Edgard Estevo da Silva, Cel BM  
Secretário de Estado Adjunto  
(Respondendo pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)

12 1896350 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO  
O Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 425/2022 SANZIO ANDRADE RODRIGUES, conforme PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 425/2022, Publicada no Diário do Executivo de Minas Gerais em 22/09/2022, tendo em vista o disposto no artigo 225 § único da Lei Estadual 869/52 de 05 de junho de 1952, CONVOCA E CITA, durante Os (oito) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão instalada 11ª RISP, Av. Maj. Alexandre Rodrigues, nº 301, Bairro Itirama - Montes Claros - MG, CEP 39401-063 Telefone (38)98856-4783 / (38) 9906-0181 / (38) 99206-5944 / (38) 99145-4681, E-mail: correlografia11risp@gmail.com, nos dias úteis, das 08:00 às 17:00, no prazo de 10 dias, a contar da última publicação deste edital no Jornal Minas Gerais, a fim de pessoalmente, tomar conhecimento do Processo Administrativo Disciplinar, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos e atos atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduta esta que, se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V e VI, e art. 245, caput e parágrafo único, e 246 inciso I, todos na forma da Lei 869/1952, estando sujeita a uma das penalidades esculpidas no art. 244, inciso I ou III do referido Diploma Legal, sob pena de REVELIA.

INTIMADO: PAULO ELIPIHIO QUEIREZA CROZARA MASP 1.366.355-4  
Montes Claros-MG, 09 de janeiro de 2024  
Sânzio Andrade Rodrigues  
Masp: 1.377.202-5  
Presidente de Comissão

09 1894953 - 1

## Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marliia Carvalho de Melo

### Expediente

A Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças, nos termos da Resolução SEMAD nº 3.052, de 08 de março de 2021, e considerando o disposto no Decreto nº 44.334, de 26 de junho de 2006, alterado pelo Decreto nº 44.558, de 29 de junho de 2007, concede promoção por escolaridade adicional, ao servidor relacionado abaixo, em cumprimento da decisão judicial proferida no processo nº 5161560-19.2021.8.13.0024.

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR NÍVEL GRAU	NOVA SITUAÇÃO NÍVEL GRAU	VIGÊNCIA
ADERBAL MOREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR	13638416	GAMB	II A	III A	29/06/2023

12 1896394 - 1

### Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) RGM Madeiras Ltda., Fabricação de móveis madeireiros, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, Espinosa/MG, Protocolo nº 32/2024.

(a) Mônica Velloso de Oliveira, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

12 1896367 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) AGIS Consórcio Solar Vista Alegre - Usinas de produção de concreto comum, Janaúba/MG, PA nº 2882/2023, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 12/01/2034.

(a) Mônica Velloso de Oliveira, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

12 1896371 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foram concedidas as licenças ambientais abaixo identificadas:

\*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Renat Reciclagem Intermediária Comércio e Transporte Ltda., central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados, Sete Lagoas/MG, Processo nº 2376/2023, classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 12/01/2034.  
2) Mineral do Brasil Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retaltistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, pilhas de rejeito/cetelir - minério de ferro e reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de esteril ou rejeito, ANM/ nº 005.773/1948, Brumadinho/MG, Processo nº 671/2023, classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 12/01/2034.  
(a) Liana Notari Pasqualini - Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

12 1896214 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foi firmado o Primeiro Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

1) Companhia de Cimento Campeão e Alvorada (CCA), lava a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco, Matorizinhos/MG, PI nº 31294/2015, Processo SEI nº 137.001.0032826/2020-66. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 19/09/2022.

(a) Liana Notari Pasqualini - Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

12 1896060 - 1

A Coordenadora de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato de publicado em 27/12/2023, torna público a revogação da Licença Ambiental abaixo identificada:

- Renovação de Licença de Operação - REVLO: 1) Auto Posto Rio 2004 Ltda, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retaltistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Mirandauro/MG, PA nº 1182/2001/003/2014, Classe 3. Motivo: A pedido do empreendedor.

(a) Lidianne Ferraz Vicente, Coordenadora de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato de publicado em 27/12/2023.

Meio Ambiente, conforme ato de publicado em 27/12/2023.

12 1896154 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro da Feam, torna público que foi REQUERIDA a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada:

1) Município de Veríssimo/ Gabinete Prefeito - Estação de tratamento de esgoto sanitário - Veríssimo/MG, PA/SLA nº 46/2024, Classe 2.

(a) Bruno Neto de Ávila, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro

12 1896243 - 1

A Coordenadora de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato de publicado em 27/12/2023, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência e/ou compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental abaixo identificada:

1) Tipo de solicitação: Licença Ambiental Simplificada - LAS Cadastro; Empreendimento: Auto Posto Tombois Ltda (CNPJ 02.761.247/0001-56), Atividade Principal: postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retaltistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Município: Laranjão/MG, PA SLA nº 2129/2022, Válida até 27/05/2028 - Para: Posto Tombois Ltda (CNPJ 52.994.982/0001-88).

(a) Lidianne Ferraz Vicente, Coordenadora de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato de publicado em 27/12/2023.

12 1896078 - 1

### DIÁRIO DO EXECUTIVO

A Coordenadora de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato de publicado em 27/12/2023, torna público o cancelamento da Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS CADASTRO: 1) Claudinei Rodrigues Pereira - CRP Transportes, Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos. Ubã/MG, PA SLA nº 408/2023, Classe 1. Motivo: ampliação do empreendimento com solicitação de novo processo.

(a) Lidianne Ferraz Vicente, Coordenadora de Análise Técnica da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata da Fundação Estadual do Meio Ambiente, conforme ato de publicado em 27/12/2023.

12 1896091 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO  
(Publicado no Diário Oficial de "MG", no dia 12/01/2024 - pag. 12)  
Onde se lê:

"A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- Licença Ambiental Simplificada - LAS/RAS: 1) Afrânio Cesar Ireno, Culturas anuais, sementes e perenes, silvicultura e cultivos agroflorestais, exceto horticultura. Extração de cascalho, rocha para produção de brita, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Inimutável/MG, PA nº 1979/2023, Classe 2. Motivo: Considerando a diversas lacunas e incorrências técnicas e legais/administrativas e considerando a necessidade de retificação do outorgado, do ato autorizativo da agenda azul seja comprovado de forma prévia e correta.

Carla Fernanda de Araújo, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha.

(L) -

"A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- Licença Ambiental Simplificada - LAS/RAS: 1) Afrânio Cesar Ireno, Culturas anuais, sementes e perenes, silvicultura e cultivos agroflorestais, exceto horticultura. Extração de cascalho, rocha para produção de brita, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Inimutável/MG, PA nº 1979/2023, Classe 2. Motivo: Considerando a diversas lacunas e incorrências técnicas e legais/administrativas e considerando a necessidade de retificação do outorgado, do ato autorizativo da agenda azul seja comprovado de forma prévia e correta.

Carla Fernanda de Araújo, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha.

(L) -

\*Obs.: As demais informações permanecem inalteradas.

12 1895981 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro da Feam, torna público o ARQUIVAMENTO da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada:

1) Germano Batista/Mineração GB - Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha - Campos Altos/MG - PA/SLA nº 2077/2023, Classe 3. Motivo: O processo de LAS sempre poderá ser formalizado após obtenção pelo empreendedor das autorizações para intervenções ambientais ou em recursos hídricos, conforme o que determina o artigo 15, em seu parágrafo único, da Deliberação Normativa DN COPAM nº 201/2017.

(a) Bruno Neto de Ávila, Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

12 1896244 - 1

### Instituto Estadual de Florestas - IEF

Director-Geral: Breno Esteves Lasmar

A Chefe de Gabinete designada para responder pela Diretoria-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, aos servidores:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR NÍVEL GRAU	NOVA SITUAÇÃO NÍVEL GRAU	VIGÊNCIA
GABRIEL CARVALHO DE AVILA	11213238	AAMB	III A	III B	02/12/2023
JOAQUIM ANTONIO DOS SANTOS	10211670	AAMB	V D	V E	07/12/2023
PEDRO MARTUCCI DO COUTO	12020285	AAMB	I D	I E	18/12/2023

A Chefe de Gabinete designada para responder pela Diretoria-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, em decorrência do cumprimento da sentença do processo judicial nº: 5023484-54.2017.8.13.0024, ao servidor:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR NÍVEL GRAU	NOVA SITUAÇÃO NÍVEL GRAU	VIGÊNCIA
PAULO FERNANDES SCHEID	11477155	AAMB	V D	V E	05/12/2023

A Chefe de Gabinete designada para responder pela Diretoria-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, em decorrência do cumprimento da sentença do processo judicial nº: 5023484-54.2017.8.13.0024, ao servidor:

A Chefe de Gabinete designada para responder pela Diretoria-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, em decorrência do cumprimento da sentença do processo judicial nº: 5023484-54.2017.8.13.0024, ao servidor:

A Chefe de Gabinete designada para responder pela Diretoria-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, em decorrência do cumprimento da sentença do processo judicial nº: 5023484-54.2017.8.13.0024, ao servidor:

PORTARIA IEF Nº 03 DE 12 DE JANEIRO DE 2024  
Homologa a revisão do plano de manejo da unidade de conservação estadual Parque Estadual do Biribiri, aprovada pela Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas do Conselho Estadual de Política Ambiental.

A DIRETORIA-GERAL DESIGNADA DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF, conforme publicação no Diário Oficial do Estado em 28/12/2023 e retificada em 03/01/2024, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.982, de 23 de março de 2020, e com respaldo na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016.

RESOLVE:  
Art. 1º - Fica homologada a revisão do plano de manejo do Parque Estadual do Biribiri aprovado no dia 18 de dezembro de 2023.  
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2024.

Maria Auxiliadora Nemésio Cotta - Diretora-Geral Designada do IEF

12 1896376 - 1

### DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DE PESSOAL

Em cumprimento ao § 3º do art. 73 da CE/89 e Emenda Constitucional nº 61/2003 de 23 de dezembro de 2003, a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG faz publicar o Demonstrativo de Despesas de Pessoal relativo ao 4º trimestre de 2023.

	QTE	OUTUBRO	QTE	NOVEMBRO	QTE	DEZEMBRO	QTE	Gratificação Natal	TOTAL
Efetivos	56	RS729.578,70	56	RS703.924,61	55	RS715.230,54	56	RS626.304,98	RS2.148.733,85
Recrutamento amplo	22	RS185.746,00	22	RS174.246,25	21	RS173.745,89	22	RS120.688,27	RS533.738,14
Patronal		RS281.889,02		RS275.314,57		RS274.422,82		RS163.681,87	RS828.626,41
TOTAL	78	RS1.197.213,72	78	RS1.153.485,43	76	RS1.160.399,25	78	RS910.675,12	RS3.511.098,40

Obs.: Quantitativo remuneração bruta.  
Fontes: valores extraídos dos relatórios:  
\*Relatório Liquidação da Despesa de Pessoal: SUPRO/DREP/SEF.  
\*Relatório de custos: SEPLAG/SUGESP/SCAP/DCPPP.

12 1895982 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202401130356550131.